

INEXIGIBILIDADE PELO ART. 25, I, DA LEI Nº 8.666/93

(Versão Janeiro de 2020)

1. Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso () fls. ____;
2. Justificativa para o objeto contratado como o único que atende as necessidades da Administração () fls. ____;
3. Comprovação da exclusividade do fornecedor por meio de atestado fornecido por órgão de registro do comércio local, Sindicato, Federação, Confederação Patronal ou por entidade equivalente, que abrange o local da contratação () fls. ____;
4. Documentos de habilitação jurídica, fiscal e econômico-financeira da contratada () fls. ____;
5. Atestados de capacidade técnica, comprovando que a empresa já forneceu produtos compatíveis com o objeto da contratação () fls. ____;
6. Proposta de preços apresentada pelo fornecedor exclusivo () fls. ____;
7. Documentos comprobatórios da razoabilidade do preço contratual, mediante comparativo com outras contratações celebradas pelo próprio fornecedor () fls. ____;
8. Declaração do setor competente, com base na documentação comprobatória indicada no item anterior, acerca da compatibilidade mercadológica do preço contratual () fls. ____;
9. Realização do procedimento administrativo de inexigibilidade pela Central de Licitações do Estado, se o valor global estimado for superior a R\$ 1.500.000,00, considerado um período de 6 (seis) meses, bem como se o objeto, independentemente do valor, enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 3º, I, do Decreto 42.048/15, salvo quando se tratar de situações enquadráveis nos incisos I a VII do art. 5º do referido Decreto () fls. ____ ou autorização excepcional da SAD para o processamento da dispensa pelo órgão ou entidade, nos termos do art. 6º, I, do Decreto 42.048/2015 () fls. ____;
10. Parecer de inexigibilidade abordando as razões de escolha do fornecedor/prestador e a justificativa do preço (art. 38, VI, c/c art. 26, parágrafo único, da Lei 8.666/93): () fls. ____;
11. Nota de empenho:
 - 11.1. Em caso de investimentos: empenho em valor suficiente para cobrir as despesas do exercício () fls. ____ e inclusão no PPA, se ultrapassar o exercício financeiro () fls. ____;
 - 11.2. Em casos de fornecimento ou serviços que não configurem investimento: empenho integral ou, caso o contrato ultrapasse o exercício financeiro, previsão de que o empenho

residual será indicado por meio de termo de apostilamento no início do exercício seguinte () fls. _____;

Obs.: Se o instrumento vier sob a forma de minuta, a nota de empenho poderá ser substituída por Declaração de Disponibilidade Orçamentária (DDO), prevista no §1º do art. 29 do Decreto Estadual nº 44.279/17 () fls. _____ (Obs.: a DDO só pode ser emitida caso as despesas estejam compatíveis com o teto de controle da despesa da UG demandante, tendo por base o saldo disponível, ou seja, devem ser abatidos os valores declarados em licitações/ajustes anteriores), consignando, porém, que a assinatura do contrato – e consequentemente o início da execução – dependem do cumprimento das providências acima.

12. Termo de Ratificação e publicação no DOE () fls. _____;

13. Minuta do contrato chancelada pelo setor jurídico do órgão contratante () fls. _____;

14. Se for prevista garantia de execução contratual e esta já for exigível nos termos do contrato, juntada do comprovante de sua prestação: fls. _____.